



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VICENTINA- MS

LEI Nº 445 SANCIONADA EM 07/03/2017

ANO -2 Nº 117

VICENTINA-MS, SEGUNDA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2018

PÁGINA 1 de 7

PREFEITO MUNICIPAL

MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO

Vice-Prefeito

EDUARDO COSTA DA SILVA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

JOÃO GOMES DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA

Secretaria Municipal de Infraestrutura

ELENILDO DOS SANTOS BARBOSA

Secretaria Municipal de Assistência Social

ELAINE APARECIDA MENDES

Secretaria Municipal de Educação

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

MARCOS ANTONIO BARBOSA

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Secretaria Municipal de Agropecuária

SUMÁRIO

TELEFONES ÚTEIS.....	01
LICITAÇÃO.....	02
PORTARIA.....	03
DECRETO.....	04

TELEFONES ÚTEIS

Prefeitura	(67) 3468 - 1156
Câmara Municipal	(67) 3468 - 1262
Conselho Tutelar	(67) 3468 - 1740
Correios	(67) 3468 - 1299
CRAS	(67) 3468 - 1738
DETRAN	(67) 3468 - 1204
Secretaria de Ass. Social	(67) 3468 - 1071
Polícia Civil	(67) 3468 - 1187
Polícia Militar	(67) 3468 - 1195
Sanesul	(67) 3468 - 1105
Secretaria de Saúde	(67) 3468 - 1560
Secretaria de Educação	(67) 3468 - 1071
Hospital Municipal	(67) 3468 - 1096

LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2017
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001, AO CON-
TRATO Nº. 069/2017**

PARTES: MUNICÍPIO DE VICENTINA RODRIGUES E GALEGO LTDA ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto, com fun-

damento na Lei Federal nº. 8.666/93, alterar a vigência do Contrato nº. 069/2017, firmado em 13 de novembro de 2017.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do Contrato nº. 069/2017, firmado em 13 de novembro de 2017 permanecem inalteradas.

DATA: 28 de dezembro de 2017.

ASSINATURAS: **MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO**, Prefeito Municipal, **NATÁLIA RODRIGUES GALEGO**, sócia proprietária e as Testemunhas: **GRACIELE CRISTINA PIVETTA** e **EDSON LOPES DANTAS**.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 029/2017
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001, AO CON-
TRATO Nº. 035/2017**

PARTES: MUNICÍPIO DE VICENTINA RODRIGUES E GALEGO LTDA ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93, alterar a vigência do Contrato nº. 035/2017, firmado em 11 de maio de 2017.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do Contrato nº. 035/2017, firmado em 11 de maio de 2017 permanecem inalteradas.

DATA: 28 de dezembro de 2017.

ASSINATURAS: **MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO**, Prefeito Municipal, **NATÁLIA RODRIGUES GALEGO**, sócia proprietária e as Testemu-

nas: **GRACIELE CRISTINA PIVETTA** e **EDSON LOPES DANTAS**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 057/2017
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001, AO CONTRATO Nº. 067/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE VICENTINA NEIDE ROCHA BARROS GONÇALVES ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93, alterar a vigência do Contrato nº. 067/2017, firmado em 02 de outubro de 2017.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do contrato nº. 067/2017, firmado em 02 de outubro de 2017 permanecem inalteradas.
DATA: 28 de dezembro de 2017.

ASSINATURAS: **MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO**, Prefeito Municipal, **NEIDE ROCHA BARROS GONÇALVES**, proprietária e as Testemunhas: **GRACIELE CRISTINA PIVETTA** e **EDSON LOPES DANTAS**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE VICENTINA, MS, torna público a realização de licitação abaixo, do tipo "menor preço por item", nos termos da Lei nº. 10.520/2.002, pelo Decreto nº. 049, de 20/12/11 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93.

OBJETO: aquisição de combustíveis (diesel e gasolina), lubrificantes e filtros, com fornecimento de forma parcelada.

DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Dia 19 de janeiro de 2018, às 10:00 horas, na Rua Arlinda Lopes Dias, nº. 550, centro, Vicentina, MS. O edital poderá ser retirado na Secretaria de Administração, mediante apresentação de requerimento com os dados do proponente interessado, até o 2º (segundo) dia útil, anterior a data de apresentação das propostas, das 07:30 às 11:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Vicentina, MS, 04 de janeiro de 2018.

GRACIELE CRISTINA PIVETTA - Pregoeira

PORTARIA PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 140/2017 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal que menciona e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Vicentina** – Estado de Mato Grosso do Sul, Excelentíssimo Senhor **Marcos Benedetti Hermenegildo**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 52 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo I. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal **JOEL MARTINS DE MOURA**, ocupante do Cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 que será gozadas a partir de 10/01/2018, com retorno ao exercício de suas funções para o dia 10/02/2018.

ARTIGO II. Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição, publicação e/ou afixação no mural localizado no átrio desta Prefeitura Municipal, revogada as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vicentina/MS,
aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

Marcos Benedetti Hermenegildo
Prefeito Municipal

PORTARIA

PORTARIA Nº 142/2017 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal que menciona e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Vicentina** – Estado de Mato Grosso do Sul, Excelentíssimo Senhor **Marcos Benedetti Hermenegildo**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 52 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo I. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias ao servidor público municipal **JOÃO GOMES DA SILVA**, ocupante do Cargo de provimento comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

que será gozadas a partir de 02/01/2018, com retorno ao exercício de suas funções para o dia 01/02/2018.

Artigo II. Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição, publicação e/ou afixação no mural localizado no átrio desta Prefeitura Municipal, revogada as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vicentina/MS,
aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

Marcos Benedetti Hermenegildo
Prefeito Municipal

DECRETO

DECRETO Nº. 062, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Vicentina – Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”.

MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO, Prefeito Municipal de Vicentina – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 11.445/2007, lei Federal nº 12.305/2010, seus regulamentos e normas administrativas delas decorrentes;

DECRETA:

Art. 1º O Saneamento Básico no Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul reger-se-á pelas disposições deste Decreto Municipal, subsidiariamente dos conceitos, princípios, diretrizes e composições da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, seus regulamentos e normas administrativas deles decorrentes.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base na Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul, no Plano Municipal de Saneamento Básico, nas normas contidas nos instrumentos referidos no artigo 1º deste Decreto e nos respectivos regulamentos dos serviços concessionários.

Art. 3º A Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul tem como objetivo melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável, for-

necendo diretrizes ao Poder Público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I – abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II – esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua disposição final;

III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos domésticos e dos resíduos pertinentes à limpeza pública urbana;

IV – drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas. Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços de saneamento básico.

§ 1º A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para a disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação estadual.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas em que o Município estiver inserido.

Art. 5º Não constitui serviço público de saneamento a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operarem os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 6º Além dos princípios constantes na legislação nacional, a Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de

todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso, na conformidade de suas necessidades, e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X – controle social;

XI – segurança, qualidade e regularidade;

XII – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

XIII – gestão integrada dos serviços de saneamento, com estrutura administrativa e operacional capaz de assegurar a eficiente prestação dos serviços, o cumprimento das metas e a eficácia das ações de saneamento.

Art. 7º A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul será executada pelo Município e distribuída de forma transdisciplinar em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, respeitadas as suas competências.

Art. 9º O serviço prestado atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e as condições operacionais e de manutenção dos sistemas.

Art. 10º Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana

será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência ou inviabilidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, onde couber, será admitida solução alternativa devidamente fiscalizada pela autoridade sanitária para a fonte de água e obrigatória a alternativa para o esgotamento sanitário, observada a legislação vigente.

§ 2º Quando da utilização de fontes alternativas de abastecimento de água, para fins potáveis ou não, concomitantemente com o uso da rede pública, é exigido que as instalações hidráulicas das edificações sejam independentes para que não se misturem.

Art. 11º É responsabilidade do gerador de resíduos sólidos urbanos o acondicionamento, a separação e a disposição de acordo com o tipo, condições e volume, em atendimento ao Código de Posturas, ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul e demais legislação pertinente.

Parágrafo único. Os resíduos excetuados neste artigo deverão atender à legislação específica que rege a matéria.

Art. 12º É vedado o lançamento e disposição das águas residuais na rede de drenagem, resguardadas as áreas não atendidas pela cobertura de esgotamento sanitário, quando deverão ser seguidos os códigos constantes no Plano Diretor, com autorização prévia do órgão competente.

Art. 13º É vedado o lançamento das águas pluviais na rede de esgotamento sanitário.

Art. 14º É vedado o lançamento de resíduos sólidos na rede de esgotamento sanitário e/ou de drenagem municipal.

Art. 15º O Sistema Municipal de Saneamento Básico é o conjunto de instrumentos e agentes institucionais que, no âmbito de suas respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação de políticas, definição de estratégias e execução de ações de saneamento.

Art. 16º O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal de Saneamento Básico;

II – Órgãos Executores;

III – Órgão de Regulação.

Art. 17º O Sistema Municipal de Saneamento Ambiental tem como instrumentos:

- I – Conferência Municipal de Saneamento;
- II – Plano Municipal de Saneamento;
- III – Fundo Municipal de Saneamento;
- IV – Sistema Municipal de Informações em Saneamento;
- V – outros instrumentos definidos no Plano Diretor e nas demais legislações que regem a matéria.

Art. 18º O Conselho Municipal de Saneamento Básico, é órgão integrante da estrutura administrativa municipal, responsável pela Política Municipal de Saneamento Básico, de caráter permanente, de natureza deliberativa e consultiva e de composição paritária.

Art. 19º O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 20º São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I – elaborar e aprovar seu regimento interno;
- II – elaborar o Regimento Interno e dar encaminhamento às deliberações da Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- III – convocar a Conferência Municipal de Saneamento, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo;
- IV – definir estratégias e prioridades, bem como acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Saneamento;
- V – discutir e aprovar, após a Conferência Municipal de Saneamento, os planos necessários à implementação da Política Municipal de Saneamento;
- VI – analisar as propostas de projetos de lei que versem sobre saneamento e sobre a alteração da Política Municipal de Saneamento Básico, propondo, quando necessário, alterações, após os trâmites legais;
- VII – opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento das políticas públicas de saneamento básico quando couber;
- VIII – articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IX – acompanhar a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto neste Decreto;
- X – deliberar sobre a proposta orçamentária, as metas anuais e plurianuais e os planos de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento, bem como controlar sua aplicação e execução, em consonância com a legislação pertinente;
- XI – deliberar sobre as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saneamento;
- XII – aprovar os programas, projetos e ações de saneamento financiados com recursos do Fundo Muni-

cipal de Saneamento;

XIII – fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos.

Art. 21º No Conselho Municipal de Saneamento Básico será assegurada a participação de representantes, indicados pelas respectivas entidades e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo:

- I – 3 (três) Conselheiros representando os seguintes órgãos e entidades governamentais:
 - a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
 - b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, preferencialmente lotado na Vigilância Sanitária;
 - c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

II – 3 (três) Conselheiros representando as seguintes entidades não governamentais:

- a) Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- b) Conselho Municipal de Assistência Social;
- c) Conselho Tutelar;

Art. 22º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 2 (dois) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de quaisquer tipos de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 23º Cada membro titular do Conselho Municipal de Saneamento Básico terá 1 (um) suplente, indicado pelo mesmo segmento que o titular representa.

Art. 24º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão iniciadas com a presença da maioria dos membros do Conselho, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes.

Parágrafo único. A forma de convocação, bem como a periodicidade das reuniões, serão definidas no Regimento Interno.

Art. 25º As atribuições, o funcionamento e as estruturas dos órgãos do Conselho serão definidos no Regimento Interno.

Art. 26º São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I – presidir as reuniões do Conselho;
- II – solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante interesse público na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;
- III – firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões;

IV – estabelecer, ouvidos os demais membros, as diretrizes, prioridades e estratégias para a implementação da Política Municipal de Saneamento e dos Planos necessários à implementação da Política;

V – elaborar a proposta orçamentária e controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento, em consonância com a legislação vigente;

VI – expedir resoluções relativas às deliberações do Conselho, inclusive aquelas para a alocação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento;

VII – acompanhar e controlar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento;

VIII – submeter à apreciação do Conselho as contas do Fundo, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo;

IX – subsidiar o Conselho com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades;

X – o voto de desempate nas deliberações do Conselho.

Art. 27º O presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico indicará um servidor da Prefeitura Municipal para secretariar o Conselho, tendo suas atribuições definidas no Regimento Interno.

Art. 28º Compete ao Município de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul proporcionar ao Conselho os meios necessários para o exercício de suas competências.

Art. 29º A Conferência Municipal de Saneamento será convocada, pelo chefe do Poder Executivo, a cada 2 (dois) anos, sempre no primeiro semestre do ano, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação do saneamento no Município e propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A Conferência será convocada em até 6 (seis) meses após a publicação deste Decreto.

§ 2º A organização e normas de funcionamento da Conferência serão definidas em regimento próprio.

Art. 30º O Plano Municipal de Saneamento, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental será revisto periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, precederá a elaboração do Plano Plurianual e observará, no mínimo:

I – o diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências de-

tectadas;

II – os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III – os programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV – as ações para emergências e contingências;

V – os mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI – a compatibilidade com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos;

VII – a identificação dos obstáculos de natureza político institucional, legal, econômico-financeira, administrativa e tecnológica que se interponham à consecução dos objetivos e das metas propostas, formulando estratégias para sua superação;

VIII – a caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações formuladas, bem como a definição dos recursos financeiros, sua origem e cronograma de aplicação destes recursos, bem como da execução das ações propostas;

IX – o programa de investimentos em obras e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento, em consonância com o Plano Plurianual.

§ 1º O Plano de Saneamento poderá ser específico para cada serviço e, nesse caso, os planos deverão ser consolidados e compatibilizados por seus respectivos titulares.

§ 2º O Plano de Saneamento será legitimado através da realização de audiências públicas, em conformidade com o estabelecido no Plano Diretor vigente.

Art. 31º O Fundo Municipal de Saneamento, é destinado a financiar, isolada ou complementarmente os serviços públicos de saneamento.

Art. 32º Constituem receitas do Fundo Municipal de Saneamento:

I – recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II – transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da Política e do Plano Municipal de Saneamento;

III – recursos provenientes de doações, convênios, penalidades, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou

jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V – outras definidas em lei.

Art. 33º A gestão do Fundo Municipal de Saneamento é de competência do Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 34º O Fundo Municipal de Saneamento é uma unidade orçamentária na estrutura do Município, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 35º Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal de Saneamento Básico e demais legislações que regem a matéria, serão aplicados, obrigatoriamente, em ações vinculadas ao Plano Municipal de Saneamento.

Art. 36 O Sistema Municipal de Informações em Saneamento, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e órgãos executores dos serviços públicos de saneamento, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SINISA, possui os seguintes objetivos:

I – coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da oferta e da demanda de serviços públicos de saneamento básico;

III – permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e eficácia da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 37º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será implementado e gerenciado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e demais órgãos envolvidos no saneamento básico.

Parágrafo único. As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas, semestralmente, na página eletrônica oficial da Prefeitura Municipal de Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art.38º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE.

Vicentina – MS, 14 de dezembro de 2017.

MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO
Prefeito Municipal